



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Rua dos Libaneses nº 1998, Carmo, Araraquara - SP - CEP 14801-425

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: 0004622-84.2018.8.26.0037
Classe - Assunto: Cumprimento de Sentença - Perdas e Danos
Exequente: Maria de Lourdes Agenor Kurek
Advogado/OAB: Dr. Antonio Roberto Gaban – OAB/SP 271688
Executado: Pedro Leonardo Filho
Advogado/OAB: Dr. Rafael Luiz Speretta – OAB/SP 268141

Aos 08 de novembro de 2018 às 15:31, nesta cidade e Comarca de Araraquara, Estado de São Paulo, na sala de audiências, sob a condução do Sr.(a) Conciliador(a) que abaixo subscreve e a supervisão do MM. Juiz de Direito, ROGERIO BELLENTANI ZAVARIZE, comigo Escrevente Técnico Judiciário abaixo assinado, foi instalada a sessão de conciliação nos autos da ação e entre as partes supra referidas. Verificou-se a presença da parte exequente e a ausência da parte executada, apesar de intimada, presente o seu patrono. Proposta a conciliação, restou frutífera nos seguintes termos: **OBJETO PRINCIPAL:** Com o presente acordo, nenhuma das partes poderá mais reclamar da outra qualquer questão oriunda do mesmo fato. Para quitação de todos os danos/prejuízos oriundos desta reclamação, a parte executada pagará à parte exequente o valor de **R\$1.602,00**. As partes acordam, ainda, que as restrições judiciais de licenciamento e transferência que recaíram sobre os veículos (págs. 28/29) deverão ser retiradas (via Renajud). **ÉPOCA DO PAGAMENTO:** em 06 parcelas iguais, mensais e consecutivas de R\$267,00. **PARCELAMENTO:** a primeira parcela vencerá em 12/11/2018 e as demais todo dia 12 dos meses subsequentes; última parcela vencerá em 12/04/2019. **FORMA DE PAGAMENTO:** depósitos bancários na conta poupança em nome da parte credora (conta nº 22019-6/500, agência nº 4513, Banco Itaú, CPF nº 005.458.028-57). No caso de depósito(s) em conta, caso haja alguma inconsistência dos dados bancários (com oportuna comprovação), a parte executada deverá depositar judicialmente o valor até 24 horas após a data do vencimento previsto no acordo para não incidir em mora. **EM CASO DE INADIMPLÊNCIA:** multa de 20% sobre o saldo devedor. Em caso de parcelamento, a falta de pagamento de uma parcela acarretará vencimento antecipado das demais. O nome será anotado no SPC, mediante requerimento da parte credora, devendo esta informar o pagamento se ocorrer, para a retirada da inscrição. **HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS:** cada parte pagará os honorários de seu(sua) constituído(a). Não há custas. Os documentos, digitalizados e liberados nos autos digitais por ocasião do ajuizamento são entregues neste ato para a parte autora. **A seguir, pelo MM. Juiz foi proferida sentença:** "Homologo o acordo celebrado pelas partes e decreto a EXTINÇÃO DO PROCESSO com resolução de mérito, nos termos do art. 487, III, "b" do CPC. Nos termos do art. 1000 do mesmo código, não há interesse recursal. Certifique-se o trânsito em julgado. **Providencie-se o necessário para a retirada das restrições dos veículos, conforme acordado.** Tratando-se de pagamento, em caso de inadimplemento, a fase de cumprimento dispensa intimação prévia para pagamento em 15 dias, pois somente é exigível quanto às sentenças condenatórias (art. 523, caput do CPC). Não é necessário comunicar nos autos o cumprimento do acordo (só em caso de descumprimento será o caso de iniciar fase executiva). **Arquivem-se os autos**". Sentença proferida e publicada em audiência, saindo intimadas as partes. Termo impresso e assinado pelos presentes (arts. 209, §1º e 367, §2º do CPC), a ser mantido em arquivo, dispensada sua digitalização para os autos digitais, nos quais ficará armazenado apenas o termo de igual teor assinado digitalmente pelo MM. Juiz. NADA MAIS. Eu, Fernando Alves De Rezende, digitei.

MM. JUIZ

Conciliador(a): Celso Petronilho de Souza

Exequente

Adv.

Adv (executado).